



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

164

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0194326-4
COMARCA : 3ª Vara Criminal da Capital
APELANTE : Hemilton da Silva Pessoa
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA PORTE DE ARMA DE FOGO. PROVA SUFICIENTE PARA CONDENAÇÃO. PENA DEFINITIVA DE DOIS ANOS DE RECLUSÃO. ATENUANTE DA CONFISSÃO. INAPLICABILIDADE. APELO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I – A circunstância de o agente ser policial militar não o exime da necessidade de autorização para porte de arma de fogo, tampouco da obrigação de seu registro no órgão competente, mormente quando fora do exercício da função.

II – Não merece reforma a sentença que condena o acusado em consonância com o conjunto probatório existente nos autos.

III – A atenuante da confissão espontânea não se presta para reduzir a sanção a quem da pena-base prevista para o tipo. Aplicação da súmula n.º 231 do STJ.

IV – Apelação a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0194326-4**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

165

Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 04 de Fevereiro de 2006

Presidente

Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

166

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0194326-4
COMARCA : 3ª Vara Criminal da Capital
APELANTE : Hemilton da Silva Pessoa
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

Hemilton da Silva Pessoa foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas penas do art. 14¹, da Lei 10.826/2003, acusado de ter sido surpreendido na Rua Prudente de Moraes, no bairro de Campo Grande, neste município, portando 01 (um) revólver calibre 38, marca Taurus, oxidado, cabo médio e de madeira, numeração de série n.º 1757080, tambor com capacidade para 06 (seis) munições, municiado com 06 (seis) cartuchos intactos, conforme auto de apresentação e apreensão de fls.14, fato este ocorrido no dia 29 de novembro de 2007.

Concluída a instrução criminal, o acusado foi condenado à pena definitiva de 02 (dois) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, no valor unitário correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, em regime aberto, pela prática do delito previsto no art. 14, caput, da Lei 10.826/2003, sendo a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direito, devendo o acusado, inicialmente prestar serviço à comunidade pelo prazo de 01 (um) ano, e no ano seguinte, apresentar-se mensalmente ao juízo da VEPA, para participar de palestras, conforme sentença de fls. 127/128.

Inconformado, o réu ofereceu tempestivo apelo (fls. 130), oferecendo suas razões recursais às fls. 141/142, alegando que é primário e portador de bons antecedentes, que não negou a prática

¹ Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

167

delitiva, tendo o MM juiz sentenciante fixado a pena no mínimo e substituído por restritiva de direito, pugnando pela absolvição em virtude das circunstâncias pessoais do apelante – seu passado pessoal e profissional.


O Ministério Público ofereceu contrarrazões de apelação (fls. 146/147), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento do recurso.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer de fls. 153/154, opinando pelo improvimento do apelo, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

168

29

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0194326-4
COMARCA : 3ª Vara Criminal da Capital
APELANTE : Hemilton da Silva Pessoa
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO

A materialidade do fato encontra-se evidenciada através do auto de apresentação e apreensão (fls. 14).

A autoria apresenta-se perfeitamente comprovada pelo fato de ter, o apelante, confessado o fato delitivo nos interrogatórios perante a autoridade policial (fls. 09) e em juízo (fls. 87/88), ao afirmar:

"(...) QUE é verdadeira a imputação que lhe é feita na denúncia; QUE é policial militar; QUE quando foi abordado perguntaram a sua pessoa onde estava o registro da arma; QUE respondeu que a arma era de um major amigo seu; QUE não tinha autorização para andar com a arma porque a mesma não estava em seu nome" (fls. 87).

A confissão do acusado em juízo guarda perfeita harmonia com o conjunto probatório emanado dos autos, principalmente com os depoimentos das testemunhas perante a autoridade policial (fls. 06/08) e em juízo (fls. 94/96).

As testemunhas da defesa (fls. 96/97) não trouxeram aos autos esclarecimentos concernentes ao delito, tendo em vista que não presenciaram os fatos, apenas atestando a conduta social do acusado.

A tese defensiva, de que o acusado estava armado para proteger sua vida, não merece acolhida ante a ausência de qualquer documento nos autos que comprove, ter o apelante, sua autorização para porte.

O registro é obrigatório a todas as pessoas que possuem arma de fogo, e constitui documento hábil para comprovar a legalidade da arma de fogo, enquanto que o porte é a autorização concedida para que se possa

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

169

portar a arma de fogo, muito embora o porte de arma não a legitime, devendo esta possuir o necessário registro junto ao órgão competente.

Neste sentido são os precedentes do STJ:

RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. DENÚNCIA. ART. 10, §§ 2.º e 4.º, DA LEI N.º 9.437/97. POLICIAIS CIVIS. VEDAÇÃO DE PORTE ARMA DE FOGO SEM REGISTRO E DE USO RESTRITO. 1 Aos policiais civis não é autorizado o porte de arma de fogo de propriedade particular sem registro e de uso restrito ou proibido, visto que estariam violando o art. 10, §§ 2.º e 4.º, da Lei 9.437/97, como na presente hipótese. 2. Recurso conhecido e provido para, cassando o acórdão recorrido, determinar o recebimento da denúncia. - Ministra LAURITA VAZ - Julgado em 28/06/2007 - REsp 89154/DF - RECURSO ESPECIAL 2006/0214678-0.

CRIMINAL. RESP PORTE ILEGAL DE ARMA. POLICIAL MILITAR. POSSE DE ARMA SEM REGISTRO. CONDUTA TÍPICA. RECURSO PROVIDO. I. O fato do réu ser policial militar não o exime do registro da arma que pretende portar e, portanto, do delito descrito no art. 10 da Lei 9.437/97. Tal circunstância, em verdade, configura causa de aumento da pena, nos termos do § 4º do mesmo artigo. II. O art. 3º do Decreto 2.222/97 obriga o registro da arma no órgão competente. III. Recurso provido, nos termos do voto do Relator. Ministro GILSON DIPP - Julgado em 06/05/2004 - REsp 403045/DF RECURSO ESPECIAL 2002/0002571-3.

Desta forma, ante a ausência de comprovação nos autos de que o acusado possui autorização para porte de arma de fogo, e o fato de que, sendo policial militar, não estava exercendo suas funções de policial, não há como prosperar os argumentos formulados pela defesa.

Quanto ao pedido alternativo de redução da pena, ao argumento de que o MM Juiz processante deixou de considerar o fato de ser o apelante primário e possuidor de bons antecedentes, requerendo a fixação da pena no mínimo legal, não vislumbro tal possibilidade, uma vez que conforme se vê da sentença condenatória às fls.127/128 tais circunstâncias foram levadas em consideração resultando na fixação da pena base no mínimo legal (02 anos de reclusão).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO 170
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

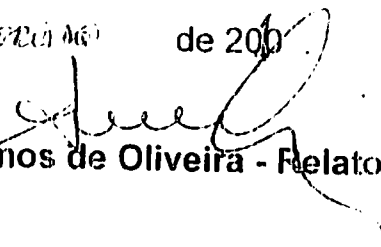
Demais disso, o fato de o juiz sentenciante ter fixado a pena-base no mínimo legal, impossibilitou o reconhecimento da atenuante da confissão, tendo em vista que, na segunda fase da dosimetria, o *quantum* da pena deve ficar dentro do limite estabelecido no preceito secundário da norma, definido pelo legislador.

Sobre o assunto o Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 231, cuja redação é a seguinte:

"A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

Isto posto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo íntegra a sentença prolatada pelo juiz de 1º grau.

Recife, 09 de Fevereiro de 200


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora